



**“A Ciência em Portugal”
Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
Assembleia da República**

**Contributo do
Centro de Estudos Sociais - Laboratório Associado
Universidade de Coimbra**

Em primeiro lugar consideramos como muito positiva a atenção dada pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência da Assembleia da República ao desenvolvimento da ciência em Portugal, através da elaboração do presente Relatório.

Sendo esta uma matéria onde a competência tem cabido em grande parte ao Governo, não deixa de ser importante a sua discussão no Parlamento, contribuindo assim também para fortalecer os consensos em torno das políticas nesta área, que muito têm beneficiado o seu desenvolvimento.

O Relatório identifica um conjunto de questões centrais ao desenvolvimento da ciência em Portugal, muitas delas com as quais a investigação em centros como o Centro de Estudos Sociais se depara. Existe assim uma grande concordância com várias conclusões apresentadas. No entanto, não deixa de haver um outro conjunto de questões sobre as quais a nossa experiência e investigação nos aponta para conclusões diferentes (aliás, tal como em alguns aspectos os diferentes contributos para o relatório apresentam conclusões diversas), ou sobre as quais o Relatório não se pronuncia e que, em nosso entender, merecem também debate aprofundado. O presente contributo aponta apenas algumas questões que em nosso entender merecem reflexão privilegiada, não podendo contribuir para todas as questões levantadas no Relatório.

Desde logo é importante que se abra um espaço de discussão sobre o contributo da investigação científica em Portugal e sobre a importância do seu financiamento público. Cremos que é assim, mediante o conhecimento mais aprofundado da investigação realizada, dos modos de fazer ciência, dos seus diferentes resultados e contributos, em conhecimento, em formação avançada, em inovação tecnológicas, organizacionais ou sociais, em metodologias, bem como das dificuldades enfrentadas, que mais facilmente se reconhece a efectiva inserção dos investigadores portugueses na sociedade e a sua participação activa na construção dos rumos da sociedade portuguesa. Esta discussão é tanto mais importante quanto em alturas de crise financeira, como as que actualmente vivemos, o financiamento público da investigação é por vezes também questionado. Com um melhor conhecimento da ciência realizada em Portugal a sociedade portuguesa, o governo, a assembleia da república e demais instituições reconhecem a importância de proporcionar condições de estabilidade para actividades que para terem o maior sucesso necessitam de condições para reflectir no longo-prazo e não estar limitadas a questões, e instabilidades, de curto-prazo.



A importância da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no contexto nacional é de facto determinante para proporcionar essas condições, tal como identificado no Relatório. E nesse contexto parecem-nos muito importantes algumas das conclusões apresentadas. De facto, se por um lado a FCT tem sido capaz de dar prioridade ao acréscimo de investimento para a comunidade científica, e não para as suas actividades de gestão interna deste financiamento, por outro lado alguns processos de gestão criam fortes dificuldades às instituições de investigação, não só devido a questões de disponibilidade financeira e atrasos em pagamentos mas também devido à crescente carga administrativa que tem recaído sobre as instituições, e sobre os investigadores. O Relatório identifica claramente esta questão e questiona a necessidade de se repensar o modelo de gestão financeira dos financiamentos e do papel da FCT neste processo.

De facto, a estabilidade do contexto institucional de apoio à investigação é um dos elementos centrais para se obterem melhores resultados na investigação, e para se criarem condições adequadas à sua efectiva integração social. Vários destes aspectos são referidos no relatório e não se limitam à estabilidade das transferências financeiras comprometidas, incluindo também a regularidade dos concursos de investigação, dos processos de avaliação, dos modelos de avaliação, e das carreiras de investigação. Todos estes aspectos são tratados no Relatório e são de extrema importância para o sucesso da actividade científica. O exemplo dado da incerteza associada à periodicidade do principal concurso para projectos de investigação, em todos os domínios científicos, e das estratégias adoptadas neste contexto pelos investigadores é disso um claro exemplo.

O modelo de financiamento competitivo, essencial ao reconhecimento e valorização da excelência e mérito científico, apenas pode cumprir esses objectivos se proporcionar as tais condições de estabilidade e de delineamento de estratégias científicas adequadas, adaptadas a uma visão de médio-prazo, e não dependentes de questões de curto-prazo. No entanto, este modelo competitivo não deve descurar a necessidade de um contexto institucional de suporte, que reconheça também a necessidade de organização colectiva da investigação e não apenas o reconhecimento dos projectos a nível individual. É também nesse sentido que deve ser considerada a importância do financiamento a instituições de investigação. E se é certo, tal como salientado pelo Relatório, que o financiamento de projectos de investigação está excessivamente atomizado e é insuficiente para responder ao crescimento recente da comunidade científica, a comparação directa com o financiamento das unidades de investigação (pg. 8-9) não tem em conta que grande parte deste financiamento corresponde à contratação de investigadores doutorados, nomeadamente nos Laboratórios Associados, correspondendo assim a despesas efectivas de investigação e não apenas a despesas de gestão. De resto, a importância dos recursos humanos e do seu contexto de suporte para *start-up* é também referido no Relatório, ao recomendar incluir Bolsas de Doutoramento e de Pós-Doutoramento nos projectos de investigação, e ao recomendar a existência de financiamento para *start-up* associado a novas contratações.



Mas um outro aspecto, o modelo de avaliação, a que é dada igualmente prioridade no Relatório, é também central ao funcionamento eficaz de um modelo de financiamento competitivo. No entanto, o Relatório apresenta aqui visões algo contraditórias que convém serem melhor aprofundadas. Enquanto que na introdução se refere que “Há um certo grau de consenso quanto à forma de avaliar o desempenho académico da função de investigação” (pg. 2), a secção 3 conclui de forma oposta: “Avaliar ciência recentemente produzida é um exercício difícil e polémico.” (pg. 33) Há, obviamente, razões não necessariamente opostas para uma e outra afirmação. A implementação de um processo de avaliação, de base internacional, no sistema científico nacional foi uma conquista importante das últimas décadas, ganhando consenso a nível da comunidade científica, e utilizado para as diferentes situações (incluindo os Laboratórios Associados, ao contrario do referido na introdução). Mas não é menos verdade que existem aspectos onde esta pode e deve ser melhorada. Do mesmo modo, se a avaliação pelos pares (*peer-review*) se mantém como método dominante, outros modelos mistos têm vindo a ser implementados, nem sempre de forma consensual, nomeadamente quanto ao papel de métricas quantitativas, com base em análise bibliométrica (tal como indicado no Relatório, esta metodologia é fortemente contestada nas Ciências Sociais e Humanas), ou ao alargamento a outros actores sociais no seu contributo para a orientação estratégica da investigação. Mesmo a metodologia da avaliação por pares apresenta variações na sua implementação que devem ser consideradas para garantir uma avaliação com a melhor qualidade, e idealmente apropriada aos objectos específicos de avaliação – projectos, investigadores, instituições. Nomeadamente, os painéis de avaliação devem ter em conta a especificidade de cada projecto, o seu eventual carácter interdisciplinar, valorizando o seu contributo inovador, e garantindo que a avaliação contribui para apoiar os projectos de melhor qualidade científica, independentemente de estes se inserirem numa tradição disciplinar dominante. Neste sentido, parece-nos importante ultrapassar a organização estritamente disciplinar de base dos painéis de investigação, primordialmente através de uma composição diversificada dos painéis, mas também através do recurso a pareceres externos aos painéis a especialistas na temática de cada projecto, ou através avaliação conjunta entre dois painéis, ou mesmo da criação de painéis que ultrapassem as barreiras disciplinares tradicionais (apesar de já ter vindo a ser utilizado pela FCT numa ou outra área, continuam a existir áreas onde a composição do painel limita fortemente contributos exteriores ao *mainstream* das respectivas áreas).

O debate em torno da diferenciação, e equilíbrio, entre investigação básica e investigação aplicada, mais do que apontar conclusões clara – sem dúvida difíceis de obter – mostra que o sistema deve encontrar espaços, e incentivos, para o desenvolvimento de investigação que produza resultados mais ou menos directamente úteis no desenvolvimento de inovações. A ênfase deve manter-se na produção de investigação de elevada qualidade, que contribuirá sempre para o avanço do conhecimento, mas o contributo de utilizadores finais neste processo, em investigação colaborativa, como clientes, como consultores, ou mesmo como avaliadores poderá em certas situações contribuir para que as ligações entre os diversos actores do sistema sejam intensificadas. Nestes diversos actores/utilizadores não se devem considerar exclusivamente as empresas, mas também o sector público, cada vez mais inovador, ou



outras organizações que fazem parte de processos agora denominados de ‘inovação social’, e com uma crescente influência no processo de inovação. Neste sentido, a definição de inovação apresentada (pg. 18), como “criação de valor através da exploração económica de conhecimento” não inclui um conjunto de processos, de inovação, não orientados directamente para a exploração económica de conhecimento mas antes para o benefício social de comunidades específicas ou dos cidadãos em geral, como no caso das ‘inovações sociais’ ou os processos de inovação na administração pública.

De entre os vários temas a merecerem destaque do Relatório, ou comentário, gostaríamos de notar dois temas finais. Em primeiro lugar a questão das carreiras e oportunidades de trabalho científico. Esta é uma questão central. O Relatório analisa um conjunto de questões relacionadas com a inserção profissional dos investigadores doutorados, e as barreiras que se lhe deparam – por vezes criadas também pelos próprios. Esta questão, da inserção no mercado empresarial, é reconhecida como central para o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional, consolidando um maior envolvimento empresarial. Mas a questão das carreiras de investigação académica não deixam de ser um tema que tem ainda muitas questões em aberto e que são aqui insuficientemente abordadas. Apesar do crescimento recente do número de doutorados no sistema, as oportunidades de desenvolvimento de carreiras científicas continuam muito limitadas, não oferecendo, de um modo geral, o reconhecimento adequado ao elevado contributo de muitos dos mais jovens investigadores envolvidos nos Laboratórios Associados e nas unidades de investigação de maior qualidade.

Gostaríamos ainda de enunciar um tema que, sendo caro a acções recentes organizadas pela Assembleia da República nomeadamente no âmbito dos Cafés de Ciência, não é de todo referido no presente Relatório, e que no nosso entender merece também uma análise mais aprofundada, o do papel do sistema científico no aconselhamento científico-técnico à formulação de políticas públicas e à actividade parlamentar. Este é também um tema complexo, já objecto de investigação diversa em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente por investigadores do Centro de Estudos Sociais, mas da maior importância. Para além de um conjunto de situações controversas, nomeadamente em Portugal, em que os modelos de recurso a aconselhamento científico têm variado, diversos países têm também desenvolvido uma variedade de configurações institucionais para enquadrar o aconselhamento científico, sem o capturar e abrindo ao mesmo tempo espaço para uma participação mais ampla dos cidadãos no debate em torno das utilizações futuras de novas tecnologias. Algumas destas experiências têm sido lideradas pelos próprios parlamentos nacionais, como é de certo conhecido pelos membros da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, e contribuem assim para um envolvimento mais directo dos parlamentos no processo de acompanhamento de matérias em que a sua participação tem sido frequentemente limitada.

Coimbra, 30 de Setembro de 2010